

29.abril.2021 – 13H45

RELATÓRIO DE AUDIÇÃO

Entidades: Câmara Municipal de Torres Vedras
Agrupamento de Escolas de São Gonçalo (Torres Vedras)
Agrupamento de Escolas Madeira Torres (Torres Vedras)

Recebidos por: Grupo de Trabalho - Educação Inclusiva: Deputados António Cunha (PSD), Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD) e Alexandra Vieira (BE).

Assunto: Acompanhamento dos apoios nas interrupções escolares.

Exposição: O Deputado António Cunha (PSD), Coordenador do [Grupo de Trabalho – Educação Inclusiva](#) (GT), que presidiu à reunião, deu as boas vindas às representantes da Câmara Municipal e dos 2 Agrupamentos de Escolas, ouvidas em videoconferência e lembrou a grelha de tempos para a audição. Informou ainda que a Deputada Ana Mesquita (PCP) não podia participar na audição por dificuldades de agenda, mas consultaria posteriormente a gravação e os restantes elementos disponíveis.

A vereadora da [Câmara Municipal de Torres Vedras](#), Laura Rodrigues, referiu o seguinte, em síntese:

1. A Câmara Municipal desenvolveu sempre um trabalho de coordenação com as escolas, mesmo antes da transferência de competências verificada em 2020;
2. Os centros educativos continuaram a receber crianças no confinamento e a autarquia forneceu o transporte, refeições e apoio aos docentes,
3. Nas interrupções escolares da Páscoa, Natal e Verão, a Câmara tem um projeto chamado Tempo de Férias, em que faz acompanhamento das crianças, com necessidades educativas especiais ou outras;
4. Há necessidade de um maior investimento para as crianças com necessidades educativas especiais, nomeadamente em termos de instalações adequadas.

A subdiretora do [Agrupamento de Escolas de São Gonçalo](#), Clara Isabel Assis, referiu o seguinte, em síntese:

1. O Agrupamento tem 3150 alunos, em 23 estabelecimentos, 4 unidades para as crianças com necessidades educativas especiais e centros de apoio à deficiência;
2. As crianças com necessidades educativas especiais não podem ficar em casa, não podendo ser interrompida a ligação com a escola;
3. A autarquia promove atividades de férias, para as crianças com necessidades educativas especiais ou não;
4. Trabalham o respetivo programa, para integração das crianças com necessidades educativas especiais;
5. Muitas crianças têm grandes necessidades, nomeadamente o uso de sonda ou de cadeira de rodas;
6. O apoio da autarquia é imprescindível;

A adjunta da direção e gestora da educação inclusiva do [Agrupamento de Escolas Madeira Torres](#), Paula Martins, referiu o seguinte, em síntese:

1. Em termos de experiência durante a pandemia, referiu a definição das crianças que tinham de estar no contexto escolar, a definição dos apoios, as salas específicas e indicou que as crianças puderam estar com os professores de educação especial;
2. No âmbito dos desafios, mencionou a operacionalização dos apoios e a articulação com a autarquia;
3. A nível de constrangimentos, realçou que os mesmos se transformaram numa oportunidade, houve uniformidade de tratamento a nível do concelho, tendo sido importante que os professores de educação especial pudessem acompanhar os alunos e indicou que os centros de apoio precisam de mais qualidade.

Intervieram depois as Deputadas Lúcia Araújo Silva (PS), Carla Madureira (PSD) e Alexandra Vieira (BE), pronunciando-se sobre o assunto, indicando os apoios disponibilizados pelo Ministério e colocando várias perguntas sobre o trabalho desenvolvido e as necessidades identificadas.

A vereadora da Câmara Municipal de Torres Vedras referiu depois o seguinte, em síntese:

1. O trabalho conjunto com os agrupamentos surgiu da identificação das necessidades e desenvolveu-se de forma informal, sem qualquer protocolo;
2. A Câmara Municipal já fazia mensalmente uma reunião com os agrupamentos e continua a planear o trabalho em conjunto com os mesmos;
3. O projeto Tempo de Férias foi criado há muitos anos e depois houve uma coordenação para incluir os alunos com necessidades educativas especiais, para dar resposta aos alunos e às famílias;

4. Cultivam a relação da autarquia com as escolas, colocando os alunos no centro das preocupações;
5. Realçam os constrangimentos a nível de espaços para as crianças com necessidades educativas especiais e a necessidade de formação e habilitação de base específicas dos cerca de 500 assistentes operacionais, formação a ministrar gradualmente;
6. O pacote financeiro associado à transferência de competências para a autarquia é insuficiente, mas consideram relevante a transferência.

A subdiretora do Agrupamento de Escolas de São Gonçalo referiu depois o seguinte, em síntese:

1. Os alunos com necessidades educativas especiais continuaram com os apoios durante a pandemia;
2. Registam-se dificuldades de espaço, sendo este diminuto para os alunos de todas as deficiências;
3. Há necessidade de formação específica dos assistentes operacionais;
4. Desenvolvem um trabalho muito articulado com a autarquia.

A adjunta da direção e gestora da educação inclusiva do Agrupamento de Escolas Madeira Torres referiu depois o seguinte, em síntese:

1. A criação do grupo de recrutamento de intervenção precoce seria importante;
2. É importante que os docentes de educação especial tenham estabilidade, tendo 3 afetos à sala para autistas, que podem estar integrados nos centros de apoio;
3. É importante a aprendizagem das rotinas por parte dos alunos;
4. Os obstáculos que se verificam são geridos com a proximidade com a autarquia, o que foi facilitado com a delegação de competências;
5. O [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#), alargou o regime geral e uniforme da educação inclusiva;
6. Tentam adotar uma flexibilidade horária na resposta a estes alunos, de acordo com os encarregados de educação, sendo os transportes dos mesmos disponibilizados pela autarquia.

A gravação da audição está disponível na [página da audição](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 29 de abril de 2021,

A assessora

Teresa Fernandes